

PORTARIA SECIJU/TO Nº 333, DE 12 DE MAIO DE 2020.

Determinar a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, destinada a apurar a responsabilidade de servidor, quanto aos fatos descritos no Processo: 2020/17010/000530.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, designado pelo Ato Governamental de nº 195 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.291, de 01 de fevereiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c com o art. 166, inc. I, da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

CONSIDERANDO os documentos contidos no Processo: 2020/17010/000530, em que solicita instauração de sindicância investigativa;

CONSIDERANDO que a Lei nº 3.421 de 08 de março de 2019, criou a Gerência de Sindicância Disciplinar dos Sistemas Prisional e Socioeducativo ligada à esta Secretaria da Cidadania e Justiça;

CONSIDERANDO, a PORTARIA SECIJU/TO Nº 147, DE 20 DE MARÇO DE 2019, publicada no Diário Oficial nº 5.322, de 21 de março de 2019, em que cria a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa no âmbito do Sistema Penitenciário Prisional e a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa no âmbito do Sistema Socioeducativo, a fim de orientar, prevenir e apurar irregularidades cometidas pelos Agentes Públicos no âmbito da Secretaria da Cidadania e Justiça;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de SINDICÂNCIA investigativa para apurar a responsabilidade por parte de servidor.

Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo 1º, funcionará no feito a Gerência de Sindicância Disciplinar dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, por intermédio da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa no âmbito do Sistema Penitenciário Prisional.

Art. 3º Para bem cumprir suas atribuições, a Comissão terá livre acesso ao setor a ser investigado, bem como a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, devendo ainda colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A comissão, ora designada, terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da lavratura da ata de instalação dos trabalhos, para concluir a apuração dos fatos, podendo tal prazo ser prorrogado, caso a Comissão julgue necessário, conforme artigo 166, §3º, da Lei Estadual 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIDADANIA E JUSTIÇA, em Palmas/TO, aos 12 dias do mês de maio de 2020.

HEBER LUÍS FIDELIS FERNANDES
Secretário de Estado da Cidadania e Justiça

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO CEDCA/TO Nº 3, DE 14 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre medidas de proteção aos adolescentes do sistema socioeducativo quanto a Pandemia - COVID-19.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/TO, considerando a competência que lhe confere a Lei nº 1.763, de 02 de janeiro de 2007 e a Lei nº 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, considerando:

A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

O Decreto 6.072/20 que declara que o Tocantins está em estado de calamidade pública, afetado pelo COVID- 19;

A Recomendação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança

A Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), no art. 4º, dispõe ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, em consonância com o disposto no art. 227, da Carta Magna;

A Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo;

A manutenção da saúde dos/as adolescentes privados de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva e que um cenário de contaminação em grande escala no sistema socioeducativo produz impactos significativos para a segurança e a saúde pública de toda a população, extrapolando os limites internos da unidade;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que sejam tomados os cuidados com adolescentes em regime de internação, inclusive cuidados básicos de higiene, sobretudo, considerando a possibilidade de revisão da medida e progressão para o meio aberto, em situações de risco iminente de contágio em razão de ausência das condições mínimas de higiene nas unidades de internação, e ainda, a situação de adolescentes com doenças crônicas, conforme a Resolução nº 313, do Conselho Nacional de Justiça, de 19 de março de 2020.

Art. 2º Determinar que sejam suspensas as medidas socioeducativas de adolescentes que estão no grupo de risco do Coronavírus.

§1º Considera-se pessoas do grupo de risco:

I - pessoas com insuficiência renal;

II - doenças respiratórias e cardiovasculares;

III - diabéticos, hipertensos, pessoas com imunodepressão ou saúde já debilitada por outras doenças adquiridas por contágio, assim como gestantes.

Art. 3º Deve ser garantido o direito de comunicabilidade dos internos em cumprimento de medida socioeducativa, por meios tecnológicos, com sua família e, advogadas/os e/ou organizações que já acompanham e executam projetos nas unidades.

§1º Devem ter continuidade, ainda que *online*, as atividades culturais e educacionais para que a medida não seja descaracterizada.

Art. 4º As famílias dos adolescentes devem ser orientadas sobre o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, criado pela MP 936/2020, para que busquem informações sobre possibilidade de concessão do benefício nos órgãos competentes conforme Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Art. 5º Os municípios devem informar sobre os atendimentos que não foram suspensos dentro das unidades, independentemente de superlotação, bem como sobre o cumprimento de medidas judiciais que suspenderam medidas socioeducativas.

Art. 6º Devem ser observadas as recomendações da Recomendação nº 62 de 2020 do Conselho Nacional de Justiça, que prevê a aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e a revisão das decisões que determinaram a internação provisória, especialmente em relação a adolescentes mães, indígenas e pessoas com deficiência, adolescentes que estejam em unidades superlotadas ou nas quais não exista equipe de saúde.

Art. 7º Que as penas e as medidas socioeducativas, respectivamente, de todas as mulheres presas e adolescentes em cumprimento de medida de restrição de liberdade gestantes, lactantes ou mães de crianças de até 12 anos sejam substituídas por prisão domiciliar e medidas socioeducativas em meio aberto (em cumprimento ao artigo 318 do Código de Processo Penal, referendado pela decisão do Supremo Tribunal Federal no Habeas corpus coletivo 143.641).

Art. 8º Para o atendimento dos servidores aos adolescentes em isolamento, com suspeita ou contaminados, devem ser estabelecidos protocolos de atendimento, necessitando de equipes para cada tipo de caso, evitando assim contaminação interna entre servidores e

Art. 9º A casa de internação deve permanecer higienizada e limpa conforme as recomendações das autoridades de saúde e vigilância sanitária, como:

I - sempre manter sabonetes nos alojamentos e demais materiais de higiene pessoal para os adolescentes, devendo os servidores/colaboradores manter higienizados com desinfetantes/álcool os locais de convivência e alojamentos dos adolescentes com intenso contato manual, a exemplo de mesas, maçanetas, cadeados, grades, algemas e corrimãos;

II - prorrogar se possível, a duração do período de banho de sol, assim como permitir a exposição de roupas e objetos pessoais ao sol pelo mesmo período, mesmo que se trate de casos suspeitos da COVID-19, devendo estes ser monitorados pela equipe de saúde da unidade;

III - efetivar, se possível, a limpeza dos equipamentos e meios de ventilação e/ou ar condicionado das unidades, mantendo-os limpos de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a qualidade interna do ar;

Art. 10. Devem ser tomadas providências para evitar o transporte compartilhado de adolescentes, garantindo a distância respiratória mínima e a salubridade do veículo.

Art. 11. Antes de iniciara seu turno e adentrarem aos Centro de Atendimento, os servidores devem aferir a temperatura corporal, restringindo seu acesso em casos suspeitos.

Art. 12. Os adolescentes e servidores devem ser orientados acerca das medidas básicas de saúde e higiene como:

I - lavar frequentemente as mãos por pelo menos 20 segundos, especialmente após contato direto com pessoas doentes ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;

II - usar, se possível, lenço descartável para higiene nasal;

III - cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;

IV - evitar tocar no rosto;

V - higienizar as mãos após tossir ou espirrar;

VI - não compartilhar objetos de uso pessoal como talheres, pratos, copos ou garrafas, canudos, toalhas, alimentos, canetas, lapiseiras, borrachas etc;

VII - não manter contato físico além daquele necessário aos cuidados com os adolescentes;

VIII - na presença de algum sintoma de doença, evitar o encaminhamento dos adolescentes diretamente às urgências hospitalares, visto que a probabilidade de transmissão do covid-19 é maior, a menos que seja em caráter de urgência, tais como alteração do estado de consciência, falta de ar, convulsões, ferimentos graves, entre outros;

IX - com relação às gestantes e/ou lactantes adolescentes, esclarecer que não há evidências sobre a transmissão do coronavírus através da amamentação, portanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a amamentação seja mantida em caso de infecção pelo Covid-19, desde que a mãe deseje amamentar e esteja em condições clínicas adequadas para fazê-lo (Conforme Nota Técnica nº 5/2020-COCAM/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS);

X - os novos adolescentes provenientes de outros locais com casos confirmados e/ou suspeitos deverão ser separados e monitorados por 14 dias (Conforme Plano de Contingência do Tocantins Novo Coronavírus (COVID-19), e notando a presença de algum sintoma da doença, o adolescente deverá ser encaminhado imediatamente ao setor de saúde da unidade ou a unidade básica de saúde para avaliação e dar seguimento ao protocolo instituído;

XI - manter o distanciamento social de, no mínimo, 1 metro de distância das outras pessoas e cumprimenta-las sem contato físico.

Art. 13. Cartazes com orientações acerca de medidas de cuidado e prática de higiene atualmente imprescindíveis podem ser afixados pelas casas de internação a fim de alcançar o maior número de servidores e adolescentes possível e assim possam proteger-se da melhor maneira.

Art. 14. De acordo com a disponibilidade e necessidade máscaras e luvas devem ser disponibilizadas a servidores e adolescentes

Art. 15. Um canal para denúncia de eventuais descumprimentos das medidas de segurança e saúde deve ser constituído para que adolescentes denunciem o descumprimento de qualquer norma.

Art. 16. O Governo deve garantir condições para que os órgãos de fiscalização e controle realizem as vistorias de praxe, fornecendo equipamento e itens de higiene indispensáveis a proteção integral dos fiscais da ordem e dos adolescentes, possibilitando assim o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos.

Palmas - TO, 14 de abril de 2020.

Tamara Kassia da Silva Melo
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/TO.

RESOLUÇÃO CEDCA/TO Nº 04, DE 29 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre a composição das comissões temáticas do CEDCA/TO - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Tocantins - CEDCA/TO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1.763, de 02 de janeiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir as Comissões de Orçamento e Fundo, Legislação e Regulamentação, Políticas Públicas e Articulação e Comunicação Social do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, para o biênio 2.020 a 2.022, conforme o regimento interno, observando a paridade entre entidade governamental e não governamental.

Art. 2º A Comissão de Orçamento e Fundo é composta por 04 (quatro) representantes do âmbito governamental e 04 (quatro) do âmbito não governamental:

I - são as entidades governamentais: Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU; Secretaria de Trabalho e Assistência Social - SETAS; Secretaria de Educação - SEDUC; e Secretaria de Segurança Pública - SSP.

II - não governamental: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Glória de Ivone - CEDECA/TO; Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins - CRESS - TO 25a Região; Ação Social Arquidiocesana de Palmas - ASAP; Associação Tocantinense de Conselheiros Tutelares - ATCT.

Art. 3º A comissão de Legislação e Regulamentação é composta por 03 (três) representantes do âmbito governamental e 03 (três) do âmbito não governamental:

I - são as entidades governamentais: Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU; Secretaria de Trabalho e Assistência Social - SETAS; e Secretaria de Segurança Pública - SSP.

II - e não governamentais: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone - CEDECA/TO; Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins - CRESS - TO 25a Região; e Ação Social Arquidiocesana de Palmas - ASAP.

Art. 4º A Comissão de Políticas Públicas é composta por 05(cinco) representantes do âmbito governamental e 05(cinco) do âmbito não governamental:

I - são as entidades governamentais: Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU; Secretaria de Saúde - SES; Secretaria de Educação - SEDUC; Secretaria de Trabalho e Assistência Social - SETAS; e Secretaria de Segurança Pública - SSP.

II - não governamental: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Glória de Ivone - CEDECA/TO; Conselho Regional de Serviço Social do Tocantins - CRESS - TO 25a Região; Fundação Semear; Ação Social Arquidiocesana de Palmas - ASAP; e Comunidade de Saúde, desenvolvimento e Educação - CONSAUDE.

Art. 5º A comissão de Articulação e Comunicação Social é composta por 03 (três) representantes do âmbito governamental e 03

I - são as entidades governamentais: Secretaria da Cidadania e Justiça - SECIJU; Secretaria de Saúde - SES, e; Secretaria de Educação - SEDUC.

II - não governamental: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Glória de Ivone - CEDECA/TO; Ação Social Arquidiocesana de Palmas - ASAP; Associação Tocantinense de Conselheiros Tutelares - ATCT.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas - TO, 29 de abril de 2020.

Tamara Kassia da Silva Melo
Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/TO.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

PORTARIA-SEDUC Nº 512, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Republicada para correção

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins; consoante à Resolução CEE/TO nº 030/2017, com base no PARECER CEE/TO - CEB/CP Nº 074/2020, de 20 de fevereiro de 2020, exarado no Processo nº 2019/27000/020574,

RESOLVE:

Art. 1º RENOVAR, no período de três anos, o Reconhecimento do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais e do Ensino Médio - Curso Médio Básico, ofertados pelo Colégio Dom Bosco Premium, localizado na Quadra 1002 Sul, Conjunto 02, Lote 09, em Palmas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos ao dia 1º de janeiro de 2020.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

PORTARIA-SEDUC Nº 712, DE 06 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolvem:

TORNAR SEM EFEITO

a PORTARIA CONJUNTA SEDUC/SECAD Nº 597, de 25 de março de 2020, publicada na Edição nº 5.572, do Diário Oficial do Estado, na parte em que determina a antecipação das férias à servidora CICERA DE JESUS DA SILVA, Assistente Administrativo, número funcional 686119-2, para o período de 25 de março a 23 de abril de 2020, considerando que a servidora foi removida para a Secretaria da Cidadania e Justiça, em conformidade com a PORTARIA Nº 318/2020/GASEC, publicada na Edição nº 5.572, do Diário Oficial do Estado.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

BRUNO BARRETO CESARINO
Secretário de Estado da Administração

PORTARIA-SEDUC Nº 737, DE 08 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado resolve:

LOTAR

a servidora MARCELA PEREIRA LIMA TELES, matrícula nº 1244019-2, Professora da Educação Básica, no Colégio Estadual Guilherme Dourado, no município de Araguaína, a partir de 10 de abril de 2020, fixando sua carga horária em 180 horas mensais.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR

PORTARIA-SEDUC Nº 738, DE 08 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado resolve:

LOTAR

o servidor EDEN EVANGELISTA MASCARENHAS DOS SANTOS, matrícula nº 291150-5, Professor da Educação Básica, na Escola Estadual Santa Fé, no município de Palmas, a partir de 05 de maio de 2020, fixando sua carga horária em 180 horas mensais.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

PORTARIA-SEDUC Nº 747, DE 12 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

RETIFICAR

as PORTARIAS-SEDUC Nº 520 e 521, de 11 de março de 2020, publicadas na Edição nº 5.565, do Diário Oficial do Estado, que suspendem as férias da servidora MARLUCI TAVARES E SILVA CAMPOS, Professora da Educação Básica, número funcional 524363-3, a fim de considerar o período aquisitivo de 1º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

PORTARIA-SEDUC Nº 748, DE 12 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

a PORTARIA-SEDUC nº 594, de 25 de março de 2020, publicada na Edição nº 5.571, do Diário Oficial do Estado, na parte em que determina a fruição de férias ao servidor SEVERINO ROBERTO DE LIMA, Professor da Educação Básica, número funcional 606811-2, no período de 1º a 30 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de 3 de julho de 2008 a 2 de julho de 2009, em decorrência de Licença para Aprimoramento Profissional neste período.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

PORTARIA-SEDUC Nº 749, DE 12 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

a PORTARIA-SEDUC nº 594, de 25 de março de 2020, publicada na Edição nº 5.571, do Diário Oficial do Estado, na parte em que determina a fruição de férias ao servidor LUIZ MARQUES PINTO DE CARVALHO, Professor da Educação Básica, número funcional 506543-4, no período de 1º a 30 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de 23 de agosto de 2014 a 22 de agosto de 2015, em decorrência da extrema necessidade do serviço neste período.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

PORTARIA-SEDUC Nº 750, DE 12 DE MAIO DE 2020.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

a PORTARIA-SEDUC Nº 686, de 28 de abril de 2020, publicada na Edição nº 5.592, do Diário Oficial do Estado, que suspende as férias da servidora MARCIA CAETANO DE ANDRADE DIAS, número funcional 715624-3, referente ao período de 25 de maio a 23 de abril de 2020.

ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR